



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO CRIADO PELO REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009, DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA "COM O OBJETIVO DE DEBATER E ELABORAR PROPOSTAS DE UM MARCO REGULATÓRIO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS".

REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14 HORAS E 24 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Declaro aberta a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho criado pelo Requerimento nº 47/09 da Comissão de Infraestrutura, autoria do Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, com o objetivo de debater e elaborar propostas de um marco regulatório dos biocombustíveis. Inicialmente, agradeço a presença dos senhores convidados que nesse nosso segundo encontro e, agora de forma mais efetiva, comparecem emprestando o conhecimento técnico e qualificado em suas áreas de atuação e subsidiando o Grupo de Trabalho no desempenho desenvolvimento de seu objetivo.

Contamos hoje com a presença dos Srs. Ricardo de Gusmão Dornelles, que convidamos à Mesa, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, Diretor Técnico da Agência Nacional do Petróleo, que também convidamos à Mesa dos trabalhos. Queremos destacar também a presença do Sr. Dirceu Amorelli, Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional de Petróleo, ANP, agradecemos a presença. Queremos anunciar que vamos fazer um painel também convidando a PETROBRAS. Nós examinamos que, querendo ou não, essa é uma empresa que sustenta muitos desses programas de biocombustíveis hoje, no nosso país. E é preciso, no estabelecimento de marcos regulatórios, que mexem em questões que já foram aqui anunciadas, na reunião passada, desde a questão fiscal, entra câmbio, entra tudo nessa matéria.

Então, uma empresa que tem essa responsabilidade, acho que nós devemos ouvi-la, assim como, vamos ter um painel com a UNICA, que representa o setor sucroalcooleiro em uma determinada região do país, ainda não é uma representação nacional, mas é importante nós destacarmos que esses grupos todos serão ouvidos. Queremos destacar também a presença do nosso consultor, Fernando Távora que tem acompanhado todos os trabalhos da nossa equipe. E vamos para a questão concreta. Então, eu pediria ao nosso colega Dornelles que é uma das pessoas mais solícitas das nossas comissões, tanto na Câmara, como

no Senado, para que ele possa discorrer sobre as questões que ele considera centrais no marco regulatório para a política de biocombustíveis no nosso país.

Em seguida, passaremos a palavra ao Dr. Allan Kardec. O senhor tem até 20 minutos, prorrogáveis, caso seja necessário. E também os nossos colegas poderão entregar contribuições por escrito, se desejarem, para contribuir com o nosso trabalho. Dornelles, por favor.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Boa-tarde, senador. Bom, essa questão do marco regulatório do biocombustíveis... Eu precisava fazer um breve histórico do que aconteceu. Em 2007, houve uma mobilização muito grande no Governo, no sentido de tentar estabelecer um novo marco regulatório para o etanol, mas não para biocombustível como um todo. Para o etanol, para que viesse a tapar algumas lacunas que a gente entendia e, entende ainda, que estão presentes no marco atual. Lembrando só, que na época da lei do biodiesel, por exemplo, quando se instituiu o marco regulatório do biodiesel, se colocou a Agência Nacional do Petróleo que, naquela lei, ela virou Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis... E se inseriu uma série de atribuições, de responsabilidades. Alterou-se a Lei do Petróleo na diretriz das políticas energéticas, das atribuições do Conselho Nacional de Política Energética também, para dar uma ênfase maior na área dos biocombustíveis.

Em algum ponto da discussão desse projeto de lei de conversão, na verdade, medida provisória, se tentou também fazer algumas alterações que trouxessem o álcool para um patamar semelhante ao do biodiesel que estava sendo proposto. Mas, na época, aquelas negociações não lograram êxito e o etanol não teve, basicamente, nenhuma alteração naquilo, no *status quo* que estava vigente antes. Então, em função disso e, com alguns problemas que tivemos no mercado, naquele ano de 2006. Durante 2007 se buscou, então, um marco legal que, basicamente, estava dando atribuição à ANP de ter uma atuação ao longo de toda a cadeia do etanol, que não tem, hoje, pelo marco legal, à semelhança do que estava sendo proposto e foi aprovado pelo Congresso, dada a Lei do Biodiesel, Lei nº 11.097, se não me falha a memória.

Hoje tem uma situação estranha. Por exemplo, a ANP pode atuar na comercialização do etanol, mas ela não tem competência legal, institucional, para autuar um produtor que esteja fazendo algum mal ao sistema nacional de combustíveis. A menos da questão de qualidade, que vai poder fazer a interdição daquele produto que não está especificado, ela não tem nenhuma ação a isso. Trocando em miúdos, a ANP não pode autuar uma usina de álcool que esteja procedendo de uma forma danosa ao sistema nacional de abastecimento de combustíveis. Ela não tem, nas suas competências, atribuição dessa natureza.

Então, em 2007, se discutiu um projeto de lei que, depois de muita discussão intragoverno foi... Chegou-se a um consenso de projeto de lei

que dava essas atribuições à ANP, alterava a Lei do Petróleo nº 9.478, alterava a Lei da Fiscalização, que é a Lei nº 9.847/99, que é a lei que trata... Que considera os combustíveis como uma utilidade pública e ali se estabelece todas as penalidades, penalizações para uma atuação inadequada no mercado de combustíveis. Esse projeto de lei, essa proposta de projeto de lei foi inicialmente discutida com o setor privado, basicamente, com a UNICA, onde não houve consenso naquela oportunidade, 2007. E a gente percebeu que de pouco adiantaria encaminhar o projeto, a proposta do projeto de lei a esta Casa, dado que havia um sem número de pontos que não estavam pacíficos para serem trabalhados.

Então, esse projeto de lei... Na verdade, ele parou, ficou adormecido no Poder Executivo e, desde o ano passado se vem rediscutindo isso. Quer dizer, a necessidade de se ter um marco regulatório que trate o álcool como uma *commodity* energética que tem ali uma atuação dos órgãos responsáveis pela área energética do país, pela regulação e fiscalização, no caso específico, dos combustíveis, precisa ser melhorado e adequado a isso. Mas essa discussão, com os últimos tempos, se verifica que isso é pouco. O marco regulatório tem que ser maior do que isso. Essa discussão está em andamento ainda dentro do Poder Executivo, nós não temos uma posição ainda fechada sobre termos, condições... A gente tem a noção do que a gente entende que é necessário que seja feito, mas essa discussão ainda não evoluiu dentro dos diversos pares do Governo, no sentido de ter uma posição mais consensuada.

Basicamente, o que a gente entende ser necessário é... Primeiro, que os combustíveis, os biocombustíveis estejam sendo tratados de forma hegemônica com os demais combustíveis, com aquele produto que é ofertado à sociedade para sua mobilidade, no caso, no trânsito. Então, a gente entende que, certamente, algumas competências terão que ser levadas à ANP, que hoje ela não possui, que é parte do que a gente havia discutido anteriormente. Uma parte do transporte de álcool que hoje existe uma lei anterior à Constituição de 88, posso ver o número dela depois, mas que diz que a construção e operação de alcooldutos seria uma concessão do Estado. Então, esse ponto, a gente entende que também deve ser mudado.

O etanol não é um monopólio da União, pela Constituição. Precisa, portanto, achar uma forma de tratar um bem que não é monopólio, porque monopólio é só derivado de petróleo, transporte de petróleo e seus derivados. Mas, em função da magnitude que os biocombustíveis estão tomando no espectro da matriz energética, não só nacional, como mundial, ele tem que ser tratado dessa forma. Então, esses dois pontos que já haviam tido uma discussão no passado, a gente entende que permanece hoje e alguns outros pontos que a gente entende que está colocando, é a discussão que estamos fazendo.

Basicamente, um diz respeito às novas tecnologias, quer dizer, como que nós vamos entrar na vanguarda de novos combustíveis, novas tecnologias, inserir isso dentro da matriz energética, da matriz de combustíveis. Que tipo de fomento será dado, que tipo de incentivo? Serão programas de obrigatoriedade, como fizemos no passado? Serão programas de estímulo fiscal, estímulo de financiamentos... São modelos, a gente tem que definir modelos que vão favorecer outros biocombustíveis, biocombustíveis de segunda geração, que demandam tempo para serem desenvolvidos, demandam um tempo para se tornarem competitivos. Como que o país vai estabelecer programas que venham a fomentar o desenvolvimento desses novos produtos, dessas novas tecnologias.

O segundo ponto, que também está relacionado a esses incentivos novos, mas também a eventuais desonerações tributárias, incentivos fiscais, para que os combustíveis que aí estão, de primeira geração, possam ter uma competitividade um pouco melhor do que têm hoje, ou possam ter uma segurança de que o que se conseguiu até hoje, se mantenha. Hoje, os senhores sabem que existe uma tributação diferenciada para biocombustíveis, comparada a combustíveis fósseis, tanto o etanol, quanto o biodiesel. Mas, talvez, a gente precisasse de um pouco mais de robustez nessa fórmula que é adotada já, há bastante tempo, que desse um arcabouço regulatório mais funcional, mais focalizado para isso.

Outra questão seria a parte de pesquisa e desenvolvimento. Hoje, existem fundos setoriais que dão suporte à locação de recursos. Na verdade, tanto o CTPETRO, quanto o CTNERG são fundos setoriais que têm a possibilidade de aporte de recursos para biocombustíveis. É um instrumento que vem sendo utilizado pelo Governo para promover recursos, mas também tem que pensar um pouco mais além ou alguma coisa mais específica, mais focada na questão de energias renováveis. Existem fundos internacionais sendo montados, mobilizados para isso e, portanto, acho que nós temos que estar retratando, basicamente, o que o mundo afora também está dando de exemplos para o desenvolvimento dessa indústria.

E, por fim, acho que é um trabalho enorme que deve ser feito, de buscar uma consolidação da legislação atual. Hoje existe uma parafernália de leis, decretos e instruções normativas que tratam da questão do etanol. Eu me atreveria a dizer que poucos até saibam, exatamente, o que está vigente e não vigente nisso tudo. Mas, talvez, seja uma forma de tentar consolidar isso numa... Aí eu não sei como se faria isso, do ponto de vista formal, legislativo, mas enfim, acho que tem que ser mais fácil para o agente privado, para o agente público ter um marco legal mais fácil de ser utilizado e consolidado. Hoje a gente recebe inúmeras visitas de delegações estrangeiras que me perguntam qual é o marco legal do

etanol. Eu fico sem saber o que responder, porque é um conjunto de leis muito grande e que é difícil você pesquisar.

Nesse evento, você pesquisa no *site* do Senado, pesquisa no *site* do Planalto, sempre há uma divergência, se aquilo está revogado tacitamente, se está revogado implicitamente. Mas, enfim, acho que é um trabalho de trazer o passado para um marco mais fácil de ser entendido por quem milita no setor.

Então, senador, acho que esse é um dos focos que... As luzes que a gente pretende dar nisso. Como eu disse, a gente não tem ainda uma redação disso. Alguns incentivos, entendo que isso deva estar previsto em lei, muitas vezes, é difícil você prever na própria lei, o tamanho, a dimensão exata daquilo.

Mas a lei, eu acho que tem que facultar a possibilidade de ter os mecanismos e os limites ou os balizadores dos mecanismos, para que isso possa ser ajustado mais facilmente, a *posteriori*, porque tem que mexer em lei toda hora, porque precisa ajustar um benefício para incentivar mais 'A' ou mais 'B' ou reduzir o incentivo quando já não se mostra tão necessário. Mexer em lei sempre é um pouco mais complicado, portanto, do que na regulamentação infralegal. Então, certamente, precisa base legal para que isso possa ser feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos agradecer pela intervenção do Dornelles. Daqui a pouco a gente faz um bate-bola com quem quiser indagar, fazer alguma pergunta aos nossos expositores ou quiser complementar as exposições. No caso da ANP, temos aqui o Dirceu que está conosco.

Agora eu passo a palavra ao Allan Kardec Filho, da Agência Nacional de Petróleo. Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Eu queria agradecer ao nosso querido Senador Inácio Arruda pelo convite. Cumprimentar o nobre Dornelles, cumprimentar todos que aqui estão, os colegas da ANP, colegas de outros ministérios. Eu, originalmente, senador, como o senhor sabe, eu sou da universidade. A pior coisa que tem na vida é você ir para uma banca de mestrado, doutorado e ser o segundo, terceiro ou o último. Aí acabaram as perguntas, não tem muito o que fazer. O Dornelles, na competência, na experiência que ele tem, resumiu muito bem o que são os pontos básicos desse marco regulatório e aquilo que a gente deve se preocupar. Obviamente, eu vou ser um pouco repetitivo em relação ao que ele falou e dar um recorte, talvez, senador, se o senhor me permite, em relação à preocupação atual que é óbvia, nesta comissão, o que está acontecendo, mas há uma... Há um crescimento da demanda de veículos *flex* desde 2003.

De 2007 para 2008, houve um aumento desses veículos em torno de 46,6% e, equivalentemente, o consumo de etanol foi de 15%, enquanto a gasolina caiu 7%. Então, nós costumamos dizer que o que

está acontecendo hoje, no Brasil, é que a gasolina se tornou um combustível alternativo. Embora nós estejamos com um evento do pré-sal aí na frente, o Brasil tem essa característica, essa obrigação de trabalhar a sua matriz energética que se torna e, por isso a importância desse marco regulatório, mais forte ainda com o B5, que o Presidente Lula está assinando a resolução do CNPE, na sexta-feira, pelo que o Dornelles acabou de me passar.

Então, nós tivemos uma evolução muito grande do etanol anidro, principalmente, em relação ao hidratado. Tivemos um aumento de B2 e B3 por causa dessa revolução que foi o Brasil fazer tecnologicamente, desde o Proálcool foram quase mais de 30 anos de biocombustíveis, principalmente, do etanol, e a ANP... E aí vem o recorte mais particular dentro da agência. A ANP foi procurada pelo setor sucroalcooleiro, como eles procuram vários, isso é um problema muito grande deles, por conta de ter todo o seu arcabouço legal dividido entre vários Ministérios... Então eles nos procuraram. Nós tomamos algumas iniciativas no sentido de tornar... Isso é algo importante, para tornar o etanol uma *commodity*, primeiro ela tem que se tornar uma *commodity* nacional, antes de se tornar uma *commodity* internacional.

Não existiam mecanismos e hoje, ainda, está sendo debatido esse mecanismo tributário, principalmente, mas não existia o agente que ia... Não existe, na verdade, nós vamos estar publicando a resolução nova, imediatamente, que conecte o distribuidor à Bolsa de Mercado e Futuros. A ANP está criando a figura do agente regulador, do agente de comercialização e a empresa de comercialização, justamente, para preencher essa lacuna, o que é ainda muito pouco, diante do que é essa realidade dos biocombustíveis brasileiros. Agora, só para lembrar, e isso dentro do que o Dornelles já falou, lembrando aqui a Lei nº 9.847/99 que dispõe sobre as sanções administrativas e sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, definindo como sendo de utilidade pública e compreendendo as seguintes atividades.

Eu vou ler a primeira que é dos combustíveis fósseis. A segunda, eu vou falar do biodiesel. E a terceira, eu vou ler e é interessante, a do etanol. A primeira, dos combustíveis fósseis, é: Produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade, certificação de petróleo, gases naturais e seus derivados. Agora eu vou ler de biodiesel: Produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do biodiesel. Agora, do etanol: Comercialização e distribuição, revenda, controle de qualidade do etanol-combustíveis.

É isso que reza hoje a legislação em relação ao etanol, principalmente, ao biodiesel. Há problemas. E eu queria dividir aqui, nesta

comissão, os aspectos que nós nos preocupamos hoje, na ANP. Que o avanço tecnológico está sendo ultimamente extraordinário. Os combustíveis de segunda e terceira geração não estão definidos na legislação atual. Há um movimento internacional, nós estamos trabalhando o pinhão-manso, obviamente, e isso é basicamente... A gente pode trabalhar provavelmente, imediatamente. Mas, acredito que nós tenhamos que estar preparados para outras realidades ou, pelo menos, abertos para outras realidades.

Essa realidade inclui... E aí há problemas de você ser cuidadoso na legislação e, por exemplo, nós vamos trabalhar com as microalgas no futuro. As microalgas provavelmente estão aí se antecipando. Em cinco, dez anos, as microalgas vão surgir como uma opção para biocombustíveis. Como que nós vamos trabalhar essa nova tecnologia e como que a legislação se anteciparia para não acontecer... Por exemplo, na Constituição nós temos álcool sendo utilizado. Agora mesmo, para tornar a utilização do etanol de uso amplo e irrestrito, porque era uma realidade que o sindicato das distribuidoras, dos revendedores, senador, eles concordavam em... Pra gente utilizar na bomba, para o povo brasileiro utilizar o etanol na bomba... No entanto, está lá na Constituição. E a gente teve que trabalhar só no âmbito da ANP, que se pode utilizar o termo etanol.

Então, nós temos que nos antecipar, também, na tecnologia para que na utilização dos termos, a gente tenha que se antecipar àquilo que possivelmente ou, pelo menos, que se especula que vá acontecer, para não ser pego de surpresa. Essa política de desenvolvimento científico e tecnológico obviamente está dentro, porque no caso do petróleo que pode ser, inclusive, utilizado para biocombustível, há uma parte das participações especiais nos campos de grandes produtores de petróleo pra gente aproveitar para pesquisa e desenvolvimento. Não há a mesma coisa, como aqui foi falado pelo Dornelles, em termos dos biocombustíveis. Há o problema que ele falou aqui também, em relação ao transporte do etanol, de como que você vai fazer... Como que você vai trabalhar os dutos ou os alcoolodutos, etanoldutos, seja lá o nome que a gente vá atribuir a isso aí, para fazer o transporte desse biocombustível que é, obviamente, importante para o Brasil.

Então, basicamente dentro disso, já não querendo ser repetitivo em relação ao que o Governo, ao que o Ministério de Minas e Energia, do qual a ANP faz parte, pensa... Basicamente, essas são as considerações iniciais que eu gostaria de fazer, senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):
Como todos já perceberam, estamos acompanhados do Senador Gilberto Goellner, do Mato Grosso, que é um dos senadores mais preocupados com essa legislação regulatória na área de biocombustíveis no nosso país.

Então, eu quero fazer uma discussão que vem sendo levantada, não é nenhuma provocação. Mas, com o advento do pré-sal, então nós temos

uma situação absolutamente nova. Quais são as exigências diante desse problema? Porque é uma coisa, digamos assim, que todos aplaudem, uma grande conquista, você poder extrair petróleo dessa camada, mas quais são as consequências para os biocombustíveis? Eles serão marginalizados na nossa matriz energética? Ou eles vão ocupar um espaço cada vez maior?

Nós temos hoje... O Allan Kardec nos falou aqui que a gasolina é o combustível alternativo. Porque o combustível hoje majoritariamente usado, já é o álcool, tanto no tanque cheio, como na mistura da gasolina. Mas, com o advento do pré-sal, porque nós temos discutido muito esse assunto, vem uma legislação nova para tratar da questão do pré-sal... Ele vai impactar de tal sorte os biocombustíveis que eles possam ficar marginalizados? Ou o Brasil vai enfrentar esse problema, digamos assim, avançando nos biocombustíveis, dando mais sustentação nos termos das discussões que os nossos dois companheiros apresentaram inicialmente, as falas do Dornelles e do Allan Kardec inicialmente. Quer dizer, isso vai ter impacto que nos deixe andando mais devagar... *“Olha, deixa isso para depois... Tem muito petróleo aí, vamos queimar logo esse petróleo e depois tratamos dos biocombustíveis...”*

Então essa é uma questão importante porque há uma exigência internacional, muitos países têm avançado. Nós já estávamos bem à frente, mas podemos ser ultrapassados se não tomarmos medidas eficazes e fortes, inclusive, usando o pré-sal como instrumento para reforçar a política de biocombustíveis. Então eu levanto aqui essas questões, não sei se há uma solicitação, Gilberto Goellner, Dirceu... Se querem acrescentar alguma coisa... Senão, eu vou para a Mesa novamente para o Dornelles e para o Allan Kardec, para que possam já entrar nessa questão. Porque o que se imagina é que vamos ter muito petróleo. E tem uma discussão até, que outros Estados que não produzem que têm bacias sedimentares que já nos primeiros exames dão conta de informações que permitem exploração, então você pode ter aí uma... Uma forte ventania. E antes de degelo, nós podemos ter um congelamento da nossa política de biocombustíveis. Acho que a gente precisa estar atento para essas questões para examinar se elas não vão impactar negativamente o processo de ampliação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira. Sr. Dornelles, Sr. Allan Kardec [ininteligível].

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só gostaria de apresentar a todos os membros desta nossa Comissão, deste Grupo de Trabalho, um trabalho que foi solicitado à Assistência Legislativa, que tem aqui um consultor do Senado, Fernando Lagares, como autor desse trabalho, e que eu gostaria de ver esse trabalho distribuído e tomar conhecimento de todos. Ele diz respeito à legislação internacional de combustíveis. Quer dizer, o que os outros países adotaram, quais as políticas de fomento, o panorama dos biocombustíveis nesses países. É um trabalho que eu estou tomando conhecimento agora, nos foi entregue

agora e a legislação europeia também. Gostaria que você apresentasse esse trabalho aos demais membros desta comissão que eu vejo que ele vai ser um apoio muito grande para nós adaptarmos às necessidades brasileiras e já que o país é o... O Brasil é hoje o país que melhor tem desenvolvido essa energia alternativa, renovável. Eu acredito que nós possamos até traçar uma sequência melhor do marco regulatório, que é o objetivo a que se dispõe esse grupo de trabalho.

Então, gostaria de passar a palavra ao Presidente, que desenvolvesse também essa apresentação sucinta, claro, porque é um trabalho grande que, somente após a leitura de todos é que vai ser possível... Mas eu acho que é de valiosa contribuição, um trabalho que eu parabeno, a equipe toda que existe hoje de assessoria no Senado Federal, que é um exemplo de competência e de assessoria que... Com que contam todos os senadores e nós gostaríamos de continuar contando com essa assessoria para desenvolver o nosso trabalho, finalizar com êxito e com uma menção honrosa, Senador Inácio, esse nosso trabalho na finalização do mesmo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Bom, nós vamos pedir à nossa Secretaria que possa recolher o documento do Senador Gilberto Goellner, já distribuí aqui para todos nossos colegas... Eu vou passar a palavra antes, aqui, para os nossos convidados, já tínhamos anunciado as suas palavras, em seguida, vou passar para os nossos colegas da Consultoria e, também, se os demais colegas quiserem se pronunciar, nós estamos abertos aqui para ouvi-los. Então, o Dornelles, depois o Kardec e, em seguida, Fernando Távora.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Eu não vejo nenhum tipo de ameaça à mudança de rumo da decisão brasileira de fomentar e promover os biocombustíveis, além das ameaças normais. Não há dúvida de que quando você está no mercado, que você está competindo e deslocando outro agente ou outro agente econômico, certamente, haverá, em algum momento, um nível de disputa, um nível de disputa comercial, um nível de disputa ecológica, o que é salutar para o desenvolvimento das indústrias. Buscar a melhor eficiência, buscar a melhor maturidade das coisas. Mas o pré-sal, eu não tenho... Não tenho lidado com as questões do pré-sal. Mas o pré-sal representa para o país uma mudança de paradigma. Quer dizer, há efetivamente uma mudança do posicionamento que o país vinha, até então, da indústria do petróleo. Essa descoberta muda o patamar, muda o paradigma do que representa o petróleo para este país.

Eu sugiro aqui agora fazer uma comparação disso com 1975, 1973. Quando lá atrás, com a criação do Proálcool houve, sim, uma mudança de paradigma, uma mudança de patamar, de direção, porque o país optou em criar programas alternativos ao uso do petróleo. Então, acho que isso que está acontecendo... Pode-se comparar o que está acontecendo agora com o que aconteceu com o Proálcool lá atrás. Ou seja, uma enorme

possibilidade de buscar um meio de desenvolvimento do país, da melhor forma possível. Eu não acredito que o pré-sal tenha, por si só, deslocado o ímpeto, a vontade ou o interesse do país na questão dos biocombustíveis. É óbvio que não se pode não considerar que a magnitude do advento do pré-sal tenha que ter a mobilização do Estado, da sociedade como um todo para tratar essa questão.

Agora, eu continuo trabalhando mais ou menos, mais do que eu venho trabalhando o pré-sal. Quer dizer, as demandas continuam, a dependência de buscar eficiência, de buscar aprimorar as regras, buscar aprimorar a relação com o mercado, de divulgar as boas iniciativas, de buscar apoiar aqueles produtores que estão com projetos de novas tecnologias, de entrar no mercado, de aumentar a competição, isso tudo continua afluindo, como vinha afluindo há um ano atrás, sem maiores problemas.

Obviamente, o pré-sal também traz à tona esse debate de que precisa se encarar os biocombustíveis na matriz energética de uma forma mais clara. Então, quer dizer, são mudanças que os fatos trazem à condução do dia a dia, mas em momento algum isso... Estou repetindo aqui o que, obviamente, vários ministros e autoridades têm dito, porque isso é questionado pela mídia todos os dias. Então, todos os dias você vai ver um artigo, alguém dizendo que o pré-sal vai acabar com o álcool, vai ameaçar o álcool, volta e meia tem uma resposta de uma autoridade dizendo que não, permanece a ênfase, permanece o interesse, permanece a diretriz.

Está na lei, inclusive, está na lei que cria o Conselho Nacional do Petróleo, da diretriz da política energética, o aumento da participação de biocombustíveis na matriz energética, portanto... E todo o marco legal do pré-sal que está se discutindo não traz nenhuma modificação, ou não se propõe, não se sugere nenhuma alteração nesse dispositivo. Portanto, acho que o pré-sal ele vem... Está num momento, para o Brasil, excelente. Como foi excelente e continua sendo excelente. O pioneirismo que o Brasil tem em biocombustíveis e que pretende continuar tendo com a promoção de biocombustíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Muito bem, obrigado Dornelles. Essa opinião da ANP é muito importante porque ela tem a responsabilidade também de fazer investimentos na área de pesquisa. E isso tem impacto na área de biocombustíveis porque a exigência do pré-sal me parece que é uma escala muito grande para que a ANP faça mais pesquisas para examinar melhor as condições do pré-sal. Isso resulta em possíveis deficiências para os biocombustíveis, tendo em conta que se anunciou que o B5 vai ser assinado. Aonde mesmo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai ser o Presidente que vai assinar. Acho que até vai assinar fora do país, pelo que eu entendi. Mas tem o B5 e o B10 já é para estar em andamento ou em vigor já em janeiro de 2010. A partir de 2010, no ano de 2010. Explica aí essa situação porque nós estamos tratando dos nossos biocombustíveis e tem que ter investimentos e a ANP precisa entrar forte aqui.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Obrigado, senador. No Brasil ocorreu o seguinte, 2008 nós tivemos o B2, B3, em 2009 nós tivemos agora, em julho já o B4. Em 1º de julho começou a utilização, a obrigação da utilização do B4. E o B5, pra gente poder fazer o leilão, tem que ter uma resolução do CNPE, estabelecendo que, a partir do dia 'X', que vai ser, então, agora 1º de janeiro de 2010, que a partir de 1º de janeiro de 2010, se utilize o B5, 5% de biodiesel no diesel, obrigatoriamente. Para isso, a gente tem que antecipar os leilões. Para que esses leilões sejam antecipados, a resolução do CNPE tem que ser assinada. É essa que vai ser assinada depois de amanhã, não sei se o Presidente Lula, pelo que o senhor está falando, talvez, não esteja aqui, mas a informação que eu tenho é essa, e a partir... E aí então, a 1º de janeiro vamos ter o B5.

O problema que essa política de biocombustíveis, eu queria utilizar uma metáfora que me contaram, recentemente, em relação aos elefantes e aos cavalos. Os cavalos, obviamente, é intuitivo, é óbvio que o cavalo corre muito mais que o elefante. Agora, tem uma diferença do cavalo com o elefante, é que o elefante começa a correr, Senador Gilberto, o elefante começa a correr e imprime uma marcha de 40, 50 km/h, vamos dizer assim, e ele continua. Supostamente, indefinidamente ou, pelo menos, muito mais do que o cavalo. O nosso problema justamente... Acho que a metáfora que a gente tem que se preocupar é, justamente, para gente não virar o cavalo do elefante, porque os elefantes, que nós estamos falando, são os grandes *players* internacionais, eles não têm pré-sal.

A gente tem que contestar, ou usar o Brasil em termos internacionais. E em termos internacionais, nós temos o Presidente Barack Obama investindo nesses dois anos, 2009 e 2010, cem bilhões de dólares em Ciência e Tecnologia, desses quais, 46,6 bilhões vão ser investidos só em energia limpa. Então essa preocupação, eu acredito... Essa aí é a metáfora em relação ao cavalo e ao elefante. A demanda, realmente, fazendo um desenho atual existe. Essa preocupação com o pré-sal, tanto na Agência, quanto nos outros *players*, aqui mesmo, o Congresso Nacional está preocupado com isso, o povo brasileiro está preocupado, mas eu acredito que a ANP... Nós estamos tratando, que a gente não tenha que... E é justamente essa a mensagem que a gente se preocupa, que a gente não aconteça [ininteligível], se a gente investir demais no pré-sal e esquecer os biocombustíveis.

Os biocombustíveis... Não existe, como eu falei anteriormente, não existe uma legislação ou não existe uma determinação específica para o desenvolvimento desse combustível. Você não tem na Lei nº 9.478, ou então, nas participações especiais, na percentagem que nós temos direito, não há uma obrigação específica para trabalhar os biocombustíveis que, obviamente, são uma forma de energia limpa. Acho que a pauta internacional, hoje, é uma pauta de meio ambiente e ela, provavelmente, veio para ficar por um bom tempo, em termos de décadas. E essa pauta internacional, acredito, que o Brasil deva se preocupar. Em termos desses investimentos, há sim, a ANP, o Governo trabalhou para que nós fizéssemos o furo de três ou cinco poços estratigráficos na área do pré-sal, aí nós vamos investir da verba de P&D em torno de 600 milhões de reais.

E existe, acho que a sua preocupação é isso, e acho que tem que ser discutido, nesse sentido de você estabelecer, essa seria a nossa sugestão. Estabelecer em lei, sim, estabelecer sim, no marco regulatório, formas, Senador Gilberto, de você obrigar o investimento em pesquisa, porque investimento de pesquisa é, de certa forma, há um mercado que demanda ou não, isso aí. Se uma vez que você tem o investimento, você tem para o pré-sal, obviamente, vai precisar, vai necessitar que se invista nessa área importantíssima. E eu estou falando, falei ainda agora, acho que, simbolicamente, nós temos aí uma oleaginosa de maior produtividade e muito mais óleo que é o pinhão-manso, que também tem um fator social extremamente importante, que é aquela de, sonhado, inicialmente, nesse programa do biodiesel que, infelizmente... Mas, apesar disso, dois anos é muito pouco para se interditar, seja lá o que for, nesse programa. Mas, de qualquer forma, é uma oleaginosa de grande produtividade, socialmente inclusiva e é importante a gente estar antenado.

E acho que, simbolicamente, foi essa a outra provocação que eu fiz que é em relação... Se vai usar ou não isso aí, nós não temos certeza, mas existem outras oleaginosas, existe a própria microalga que é de produtividade imensa e você tem que estar antenado para essa nova realidade que é hoje o Brasil e que se aponta que vai ser. E que acredito que tenha que ser essa a realidade dos biocombustíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Allan, eu estava querendo até examinar, seria o seguinte, nós temos uma região que, do ponto de vista ambiental, sempre é uma espécie de coqueluche, que é a nossa famosa Região Amazônica. Nós temos na Região Amazônica um conjunto muito grande de palmas que têm potencial enorme. Eu vejo muitas pesquisas isoladas pelas nossas universidades, ou pesquisadores também autônomos, que entram nessa área para fazer pesquisa sobre o potencial dessas oleaginosas. Só que é uma área vasta e nativa, que você precisava associar a esse trabalho, a esse esforço, quase que uma função extrativista, para uma economia de

escala na área de produção de óleos. Você pode ter uma área de uso dessas palmas, desses cocos todos que nós conhecemos na Região Amazônica e ainda manter uma população muito grande nessa região, que já trabalha nessa região, mas num aproveitamento ínfimo dessas palmas, ínfimo, ínfimo. É possível nós entrarmos nisso? Quer dizer, a Agência Nacional do Petróleo entra nisso? Ajudando na estruturação da pesquisa e apontando para um aproveitamento em uma escala mais larga?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Me permite também?

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Dornelles, Goelner e--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pode dar a sua opinião, e depois eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Allan fica para--

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Não tenho dúvida de que a Amazônia é recheada de surpresas. Você tem inúmeras variedades de vegetais lá, com utilização da mais diversa possível. O Boticário, a Natura são exemplos tácitos disso. Mas, especificamente, na área de energia, precisava citar dois fatos extremamente relevantes. Um, foi a criação da Embrapa Agroenergia. Quer dizer, a Embrapa é, reconhecidamente, uma empresa líder em tecnologia agrícola. A responsável pela trocabilização da agricultura brasileira, a que bate índices invejáveis em produtividade agrícola. Cientes de que se precisava focar um pouco mais no aspecto da agroenergia como um todo, foi criada a Embrapa Agroenergia... Não sei se ela é uma filial ou uma empresa própria dentro da Embrapa, enfim. Mas existe um núcleo dentro da Embrapa que está em formação, para onde os recursos de tecnologia foram canalizados. O Ministério de Ciência e Tecnologia para que tenha os programas, que gerem os recursos dos fundos setoriais, com aquela parcela destinada à energia, toda a parte agrícola de pesquisa e desenvolvimento, do ponto de vista agrícola, houve um repasse desses recursos do MCT para a gestão da Embrapa, que é onde tem o cerne de intelecto nesta área.

Então, obviamente, a empresa Embrapa Agroenergia, acho que não tem dois anos, por volta de dois anos, está em formação, quer dizer, os seus técnicos estão em formação. Ela está construindo a sede própria dela, lá no final da Asa Norte, com laboratórios... Então, existe para certamente melhorar as condições, melhorar as condições de trabalho da Embrapa, aporte mais recursos para que ela possa capacitar melhor seus engenheiros, seus agrônomos, enfim, seu corpo técnico. Certamente, trarão uma contribuição enorme para isso. Dentro da Embrapa, ela coordena áreas... Existe a Embrapa... Várias... Por tipo de atuação, você tem a Embrapa lá no Amazonas que é aquela que tem toda a pauta do

dendê e outras oleaginosas da região. Você tem a soja, a Embrapa Algodão que fica em Campina Grande, que tem maior crescimento de mamona, que já está olhando para o pinhão-manso, enfim.

Existe uma rede de pesquisa dentro da Embrapa que está caminhando nessa linha. E buscando exatamente o que se costuma, no jargão popular se dizer, é achar a cana-de-açúcar do biodiesel. Quer dizer, quais são aquelas matérias-primas que terão um nível de produtividade mais adequado para a escala de combustíveis. Porque a escala de combustíveis é uma escala gigantesca. Quer dizer, embora ela pague relativamente menos do que o frasquinho que a Natura leva para fazer perfume e sabonete lá fora, mas é uma escala de bilhões de litros. Então... Para isso precisa ter, obviamente, uma eficiência no processo produtivo, até de manuseio bem mais arrojado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito bem. Obrigado Dornelles. Gilberto Goellner e, em seguida, Allan Kardec, para voltarmos para o Távora, para nos dar um panorama sobre legislação internacional.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu não entrei no aprofundamento da sua proposta inicial, porque acho que agora ficou até mais fácil de a gente... Depois de ouvir os dois apresentadores, mas eu gostaria de colocar algumas questões de foco, sobre o foco da análise da matriz de biocombustíveis, que hoje está atrelada à mistura de combustível fóssil que é o petróleo, que é o óleo diesel. E dentro de um programa social de relevância, que procurou atingir a inclusão de culturas da pequena propriedade, da agricultura familiar, dos assentamentos, mas que não teve êxito.

Como você falou, Allan, especialmente... Eu diria, assim, que a mamona, vocês devem ter essa análise, por ela ter outras atividades comerciais mais interessantes do que vender bioenergia. Então, quem planta mamona, quem foi incentivado, terminou desviando para obter melhor resultado. Por quê? Porque não dava para competir com o preço pago pelos comerciantes ou pelas indústrias de biodiesel. Mesmo a PETROBRAS que se esforçou, fez todos os investimentos, as plantas, e não conseguiu a matriz necessária, desenvolver nos locais, principalmente, no nordeste. No seu Estado, Senador Inácio, em Quixadá, é um exemplo na Bahia também. E que terminou por optando, então, quer dizer, mesmo que a mamona... Pinhão-manso era uma alternativa, mas não estava baseado no programa do pinhão-manso.

A Embrapa já tem a consciência da necessidade de pesquisar e promover o desenvolvimento de sementes de plantas que tenham a maturação uniforme, porque daí vai ser uma revolução no mundo, porque serve até como substitutivo ao querosene da aviação, dos *Boeings*, toda viação comercial. Então, eu vejo que é uma segurança mundial, essas empresas todas não dependerem, exclusivamente, de um combustível que é o querosene, que poderá, numa situação de colapso, até em uma

eventualidade de uma guerra, tal, tal, depender exclusivamente daquele combustível que poderá não estar disponível, principalmente, se o país não é produtor. Então, eu acho que o nosso foco, hoje, nós poderíamos também dentro desta comissão, levantar, dentro do marco regulatório, do fomento da atividade de biocombustíveis. Primeiro, se levantar as opções que se tem.

E dentro de um projeto que eu apresentei aqui no Senado, projeto nº. 81, de 2008, que visa à utilização também de óleo combustível, óleo vegetal refinado. Qual é o objetivo desse...? Às vezes não foi muito bem entendido, e poderá ser até reformulado agora, com emendas, objetivando a diminuição do custo dessa matriz nas regiões. Quer dizer, você desenvolver uma matriz energética de uso local, regional, de acordo com a vocação, no caso da Amazônia... Eu falando até com o Prefeito de Manaus, ele falou que o Amazonas teria... Dentro do Estado do Amazonas tem outras oleaginosas, sementes de arbustos, de árvores, que poderiam estar fornecendo hoje, na sua extração, um óleo até para se consolidar as embarcações. As embarcações locais que hoje dependem do combustível.

Quer dizer, para você levar do litoral, de uma refinadora até o Estado do Amazonas, e... Ou levar do litoral de São Paulo, de uma refinadora, ou do Rio de Janeiro para regiões distantes como Rondônia, Mato Grosso, Tocantins... Ele tem um custo. Esse custo, nem todo ele é repassado. Então, o desenvolvimento de alternativas e a adaptação de motores ao óleo vegetal, que foi o óleo inicialmente usado, antes da existência do petróleo e do óleo diesel. Ele foi iniciado nos motores ciclo a diesel, com o óleo de amendoim e, a partir dali, se desenvolveu todo o sistema diesel.

Hoje nós poderíamos estar desenvolvendo, então, e nos utilizando dessa produção local. O Estado do Pará é outro exemplo, que tem todas as palmáceas, o dendê. E que poderia se utilizar, fazer uma utilização adequada regionalmente, que poderia contribuir para a diminuição do custo operacional de máquinas, de equipamentos que hoje, principalmente, no trabalho agrícola têm o seu custo muito encarecido porque é um produto, quer dizer, o petróleo tem o seu custo, tem o seu custo de distribuição muito alto, tem o seu custo de... Principalmente, o custo de distribuição que encarece nessas regiões, de logística dificultada, porque vai via rodoviária, em cima de um pequeno caminhão, às vezes, vão 30 toneladas, 27 toneladas de óleo, e que termina ficando caro.

Então, nós precisamos também fomentar essa alternativa. Que eu vejo que a utilização de óleo vegetal em nível regional, de acordo com a vocação de culturas propícias, a se estabelecer a extração competitiva com o óleo do petróleo, com o óleo diesel, é uma lacuna a ser preenchida no país e vai trazer ganhos substanciais a todas as comunidades. Essas comunidades mais distantes de logística. Então, esse sentido, resta a pergunta: Temos área de cultivo suficiente? Não vai desmatar a Amazônia? Quer dizer, esse é o questionamento. Mas eu gostaria de

trazer também, na próxima reunião, trazer a todos, um trabalho que foi encomendado até por uma ONG, acho que foi o Greenpeace, ele encomendou um trabalho de áreas disponíveis para uso agrícola, em potencial, e que poderiam, a curto prazo, a médio prazo, serem utilizadas dentro de áreas já em utilização no país.

Quer dizer, vamos tomar, por exemplo, a pecuária. A pecuária, hoje, com o rebanho existente, se é que existe esse rebanho de 200, 210 milhões de cabeças. Nós temos uma área similar, no mínimo, de hectares ocupados. Quer dizer, é vasto. E desse levantamento, que foi a partir dali feito o estudo, constatou-se em cada Estado, áreas de cerrado, áreas já antropizadas na Amazônia e que poderiam ser revertidas em agricultura. Áreas não degradadas, mas áreas que pudessem... Desde que houvesse uma eficiência melhor na agropecuária nas áreas remanescentes, se utilizar futuramente, quer dizer, quantos hectares estariam disponíveis de boa qualidade para cultivo agrícola? E o levantamento é ao redor de 60 milhões de hectares. Quer dizer, 60 milhões de hectares é mais do que duplicar a atual área de grãos e fibras do país. Duplicar.

Então, diferente de outros países, é aí que nós vamos chegar. Diferente de outros países que não têm essa potencialidade de, sem fazer mais estragos, não digo que seriam estragos, porque se hoje está sendo ocupada, poderia estar sendo ocupada e já está sendo ocupada com muita eficiência e, a cada ano, mais eficiência se coloca na agricultura, com a tecnologia de novas sementes, novas tecnologias e que... Um exemplo é a soja que saiu de 1.000 kg por hectare, 800 kg, e hoje está em três mil quilos, e assim são todas as culturas, o algodão também.

No Nordeste, que poderia ser muito mais incrementado também no nordeste, aonde ele nasceu. Porque teria que ser um módulo maior e com irrigação. Então, todas essas atividades bem estruturadas, com recuperação, com a recuperação das áreas de pecuária, para que em menos área se tenha o mesmo rebanho, metade da área. Poderá se ter esse rebanho em até um terço da área. Nós vamos ter, realmente, áreas disponíveis para desenvolver um aumento de biocombustíveis no país. Já que de alimentos, a medida que... Desde que não façam a competição com abastecimento alimentar. Desde que os óleos vegetais não sofram dificuldade de abastecimento, diminuição de oferta, o que encareceria para o consumidor final.

Desde que o farelo, que é o subproduto e termina sendo de 50 a 80% o seu componente na extração de uma oleaginosa, ele também tem o seu limite de mercado. Ele tem o seu limite de mercado. E esse é o grande entrave, hoje, porque ele precisa ser utilizado rapidamente, um ano no máximo, e ele está... Ele avança, essas culturas avançam em oferta à medida que haja mercado viável economicamente. Então, esse acréscimo de áreas não é... E de oferta de... Vamos dizer, de óleos vegetais, tanto para a matriz de mistura com óleo diesel para passar para um B10 ou um B20, ou com ele puro, regionalmente, que teria um custo

aproximado de 20% inferior e, ambientalmente, muito mais favorável o seu uso. E há condições da indústria adaptar os motores para uso do óleo vegetal 100%, motores estacionários, motores agrícolas, principalmente, para diminuir, realmente, o custo de operação dessas máquinas. Porque hoje o grande fator é o custo operacional pelo custo alto que é, porque chega, esses biocombustíveis, e até pelo subsídio que a PETROBRAS precisa colocar, para viabilizar essa mistura.

Quer dizer, em prol de um programa de incentivo à agricultura familiar, que ainda não se realizou, mas poderá ser o início de um marco a ser alcançado. Tanto na mistura com óleo diesel, B5, B10, B15, B20, podemos chegar lá, também como no uso de óleos vegetais *in natura*, em motores a diesel. Então, gostaria de colocar e apresentar na próxima semana, porque eu acho que a grande referência que nós devemos ter, até que ponto podemos chegar, como queremos chegar e se temos capacidade de produção desses óleos viáveis economicamente e viáveis dentro de um processo de viabilização econômica também. Então é isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):
Allan Kardec.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Muito bem, eu queria fazer aqui mais algumas considerações, já que foi levantado o aspecto Amazônia. No fundo, os grandes produtores de etanol estão, mais ou menos, a 2.500 km da Amazônia. E em relação ao meio ambiente e geração de gás de efeito estufa, se a gente imaginar aquele gráfico de pizza, nós temos o nosso setor, que é o de combustíveis, responsável por, em torno, de 5,6%, se não me engano. Enquanto o desmatamento da nossa querida Amazônia está por volta de 59,5, 60%. Então, é uma preocupação imediata, só a título de anotação, do que nós temos pela frente em relação... Porque isso afeta diretamente o nosso biocombustível, o nosso etanol.

Isso é uma forma de os compradores estrangeiros impedirem, por diversas formas e recursos, da entrada, de criarem barreiras para a entrada do nosso etanol lá fora. Essa é uma razão, Senador Inácio Arruda, os senhores devem saber disso, que impede o nosso etanol de chegar lá fora. Então, a discussão é um pouco mais ampla nesse sentido. Porque o desmatamento da Amazônia, embora não seja uma realidade, a gente sabe que não é, mas aproveita-se. E aqui houve autoridades estrangeiras que vieram, em eventos aqui, sobre o etanol, justamente, dizer isso: "Vocês têm que parar de desmatar a Amazônia para a gente poder comprar etanol de vocês." Então é um problema que vamos ter que enfrentar.

Eu queria também problematizar outra coisa em relação ao modal, a distribuição do etanol e o que causa isso aí concretamente, a falta de marco regulatório do etanol. Hoje nós estamos... O SINDICOM nos procura diariamente, ele está aí falando em todos os eventos que a gente

vai, falando diariamente da sonegação do etanol. E eles estimam, é a estimativa deles... Eu não posso dizer nada, eles estimam uma coisa extraordinária, em torno de um bilhão de litros sendo sonegados, etc, etc. E eles, obviamente, falam: "Vocês têm que cobrar das autoridades". Eu digo que o problema, como eu li aqui para vocês, o problema é que nós, do etanol, a gente regula só qualidade. A única coisa que a gente pode eventualmente pegar, ou então, a origem se, eventualmente, não tiver nota.

De outra forma, a responsabilidade fica ao encargo das receitas estaduais e federais. E essa divisão justamente é que confunde o produtor, o revendedor, o distribuidor. Porque essa cadeia toda fica confusa e, realmente, enseja a entrada de sonegadores, de pessoas não escrupulosas para trabalharem e ganharem dinheiro em cima daquilo que nós estamos conversando seriamente. Porque isso, na verdade, é um custo para nós. Tem um custo para a população, tem custo para o consumidor brasileiro. Então, essa é uma realidade concreta que eu enfrento diariamente. A gente faz ações, senador, com a Polícia Rodoviária Federal. A gente está organizando a força tarefa, mas é uma força tarefa limitada. Limitada naquilo que a ANP pode fazer eventualmente.

Se eu, por exemplo, vou lá, eu sou o responsável pela fiscalização da ANP, digo: "Olha, prende lá o caminhão." Prende, não. "Vai lá e fiscaliza o caminhão." Se a Receita, ele estiver lá com dinheiro e, em geral, isso acontece. Se ele estiver lá com dinheiro e pagar o imposto devido, o caminhão é liberado. Isso não vira nenhum evento de publicidade pra gente mostrar: "Olha, está sonegando, etc, etc", essa coisa realmente está acontecendo. Não. A gente vai lá, pega o caminhão e, imediatamente, ele é solto assim que ele pagar, isso é um direito que ele tem de pagar, eventualmente, o imposto devido naquela hora e acabou-se. Então, você tem buracos, tem buracos legais que ocorrem aí, que impedem um órgão, como a ANP, que regula combustíveis, de regular o mercado. Ou, pelo menos, de atuar num setor mais forte que aparece para o consumidor, que é o bolso e que é a fiscalização.

A Amazônia, ainda sobre a Amazônia, sobre a pesquisa em torno de Amazônia, etc, só por coincidência, a termo de anotar, eu recebo uma revista, uma revista americana que eu estava lendo, lá no final da folha, por acaso, está lá, os alemães comprando babaçu para produzir energia na Alemanha. Então, é uma preocupação realmente que a gente tem que ter porque, eventualmente, isso... Como disse o Senador Gilberto, a gente pode aproveitar para a utilização em biodiesel, por exemplo. Nós... E acredito que--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O alemão compra o babaçu *in natura* e faz campanha contra a entrada dos biocombustíveis no mercado europeu e americano.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: O pior de tudo é quando... E isso aconteceu, de fato, quando o japonês registra o cupuaçu e não deixa mais ninguém utilizar. E teve uma atuação que foi divulgada amplamente que a gente teve que atuar para, justamente, não deixar ele utilizar a palavra cupuaçu, que é nossa. E também... Tem algumas coisas que nós somos procurados, somos instigados, somos perguntados em relação, tanto ao etanol, quanto ao biodiesel. E isso, em termos de distribuição, o que é mais econômico, acho que esta Casa, porque nós estamos aqui, acredito que nós estamos aqui como convidados técnicos para instigar, perguntar, questionar, comentar e, eventualmente, os senhores que têm esse poder, decidir o que vão fazer em relação ao futuro do Brasil.

Uma das perguntas, que nos são feitas sempre, são as diferenças entre as regiões. As regiões produtoras de etanol, regiões produtoras de biodiesel hoje. Nós temos a soja mais concentrada, vamos dizer, no Mato Grosso, tem também a gordura animal que é concentrada em outras regiões do Brasil. E a pergunta que sempre nos fazem: "Não seria mais econômico deixar que a matriz energética, em vez de ser fixa no Brasil inteiro, ela fosse dividida de acordo com as regiões?" Que acredito é o que o senador estava falando há pouco. Essa é uma pergunta que nos é feita, mas que, se nós formos convocados a nos pronunciar a gente vai, obviamente, fazer. Mas, acredito que, nesse momento, seja o momento de falar, de questionar, de comentar as perguntas.

Outra coisa também que acredito que tenha que ser, que eu acho que só o Senado ou a Câmara pode decidir isso, mas que eu acredito que, dentro da honestidade, a gente tem obrigação de fazer, que são... E é aquilo que acontece na sonegação. No fundo, é isso aí. Você tem o produtor, tem o distribuidor e tem o revendedor. O produtor vende diretamente para o revendedor. Essa é a grande sonegação. A grande pergunta que todos fazem, que esta Casa, talvez, queira responder, é se legaliza o que está feito hoje, que é a produção com a revenda ou se vai haver a distribuição... Hoje o marco legal determina que se passe pela distribuição de combustíveis.

Aí é algo que acredito que esta Casa também queira discutir e decidir como vai ser, na forma regulamentar, de fazer esse trabalho no Brasil. Mas, cumpre a mim, como convidado, expor, externar, mostrar no meu dia a dia, aquilo que é demandado de nós, enquanto agência, enquanto... Que nós somos uma agência que... É muito engraçado, eu estava falando na Câmara Federal, ainda agora, que é a única agência que não regula preço. Então, nos é cobrado diariamente o preço do gás de cozinha, o preço da gasolina, por que a gente não abaixa preço de gasolina, etc, etc. Eu digo: "Se a gente pudesse..." Mas não, nós regulamos só o mercado de preço no Brasil dos combustíveis que são livres.

Bem, outra coisa também que acredito que seja importante ou, pelo menos, discutir, que é uma discussão importante, é a distribuição que no... Nessa distribuição dos modais dutovários, aquaviários, etc, tem que ser pensado. Porque agora mesmo nós fizemos, Senador Inácio Arruda, uma logística de distribuição do S10, que é o enxofre de 10 partes por um milhão que foi divulgado na imprensa também, que vai ser feito a partir de 2013. É o diesel, como a gente vai fazer para ter postos de combustíveis que tenham o diesel S10 no Brasil inteiro. E uma das coisas mais interessantes que eu já vi em minha vida, como nordestino que eu sou, nós que somos lá daquela região, que a gente sabe qual é a realidade que a gente fica procurando algum motivo para desenvolver mais ainda. A inversão no Brasil, vamos supor, o Brasil como V. A concentração, por exemplo, eu sou engenheiro, a gente tem algumas coisas que a gente chama métrica.

Então, a gente colocava um ponto ou colocava uma bola, se tivesse tantos postos, se tivesse cinco postos, dez postos... Então, uma métrica, a gente colocava uma bola no V do Brasil inteiro. E, basicamente, nessa métrica que a gente colocou, não existem postos de revendedores de combustível lá na Amazônia. Então, a pergunta que a gente... E aí enquanto provocador de desenvolvimento é como que a gente vai fazer, não só a logística de distribuição que o mercado exige, mas também, enquanto provocadoras de contribuições sociais, de legisladores, como nós vamos fazer... Forçar essa distribuição para que ele chegue também na Amazônia? Porque nós sabemos que, se a gente fizer um gráfico de correlação entre PIB e consumo de energia, a gente vai saber que Bangladesh estará numa posição mais... Menor, e vamos ter no topo da cabeça os Estados Unidos.

Então, levar energia, levar combustível... E aí está na hora de, dentro da Amazônia, de aproveitamento da Amazônia, talvez, possa que se pensar... É essa a contribuição, na verdade, que estou fazendo, basicamente, são de questionamentos, são de *brainstorm*, de fazer, provavelmente, o que esta comissão intenciona, de trazer essas perguntas para que os senhores, discutindo, cheguem a uma conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

Bom, vamos passar para o Fernando, para ele fazer uma indicação do que significa esse seu trabalho, que foi feito a pedido do Senador Gilberto Goellner, dizendo que nós vamos encerrar os trabalhos às 16 horas. Acho que é uma boa hora para todos e permite que os senadores possam ir ao Plenário para o início da Ordem do Dia. E o propósito do nosso Grupo de Trabalho... Nós vamos oferecer ao final uma proposta para a Comissão de Infraestrutura. E a nossa expectativa é que, se nós conseguirmos, acho que é o melhor, é que a proposta saia respaldada por todos os senadores da comissão. Isso fortalece a proposição para que ela possa tramitar aqui na Casa com mais velocidade, porque ela vai com o peso de uma proposta tirada de uma comissão que, todos sabem, é dirigida pelo Senador

Fernando Collor. Então, o nosso trabalho vai ser entregue, ao final, ao Senador Fernando Collor que irá propor que se transforme isso em proposição da comissão. Fernando, você tem a palavra.

SR. FERNANDO LAGARES TÁVORA: Obrigado, Senador. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as palavras muito gentis do Senador Gilberto Goellner. Gostaria de destacar que a Consultoria que se sente honrada de atender aos senadores e, nesse particular, eu tenho muita honra de ter trabalhado já com o senador em diversas ocasiões. Ele substitui aqui no Senado o saudoso Senador Jonas Pinheiro. Para alguns pode ser surpresa o excelente desempenho que ele vem tendo no setor, mas, pra mim não é. É uma pessoa que trabalha duro, atencioso a todos os itens, sempre procurando fazer o melhor para o agronegócio brasileiro. Então, eu acho que nesse sentido eu gostaria de agradecer as palavras dele. Gostaria de ressaltar que juntamente com a Assessoria de V. Exa., a gente montou um grupo de assessoramento. Esse grupo de assessoramento já tomou algumas medidas.

Há um colega da área de Direito Tributário desenvolvendo toda a questão do marco tributário para tentar encontrar soluções para que possam ser oferecidas à comissão. Uma outra pessoa está desenvolvendo o estudo de legislação já com a contribuição que o Ministério de Minas e Energia, deixou os projetos em tramitação, uma... Um terceiro informe é que a gente participou do seminário na Câmara, promovido pela UNE, com uma série de estudos que foram oferecidos. E a gente vai agregar as propostas que a gente pôde ouvir lá. Dois fatos isolados, mas que têm correlação com o trabalho aqui é que os jornalistas já começam a procurar a assessoria para saber quais são as mudanças que vão ocorrer com o novo marco, o que vai acontecer depois que passar da questão de agricultura para energia e, então, existe uma curiosidade muito grande da mídia. E semana passada a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Fernando, não abra o jogo.

SR. FERNANDO LAGARES TÁVORA: [risos]. Obrigado. Semana passada a gente atendeu o Embaixador DeShazo que foi Subcoordenador... Subsecretário para a América Latina. Ele fez uma palestra no Parlamento, com vários senadores e, no dia seguinte, ele foi até a Consultoria para falar de pré-sal e biocombustíveis. Então, acho que a gente vai ter um grande espaço para continuar desenvolvendo. Eu acho, essa é a energia que a gente tem.

Relativamente ao trabalho, a gente fez uma nota informativa e o foco do trabalho era o seguinte, destacar o que teria de mais relevante nas legislações. Quase todos os países no mundo, com exceção do Brasil, dos Estados Unidos e da União Europeia, têm legislações muito frágeis e muito adaptadas para as suas realidades. Há países na África que chegaram a proibir a utilização de vegetações, de plantações para a produção de bioenergia.

Então, o que a gente focou aqui para ser mais útil? Tentar ver quais são as legislações na União Europeia e nos Estados Unidos que poderiam nos ajudar e ver o que eles fizeram para incentivar a produção de biocombustíveis.

Rapidamente, com alguns dados, a gente começa a entender porque as medidas que eu vou dizer depois foram tomadas. Tem 22 países no mundo que têm programas de etanol, e 18 estão com programas de implantação. Brasil, Estados Unidos e União Europeia, nessa ordem, são os países que têm maior demanda pelo combustível. Em 2007, foram 62 bilhões de produção de etanol no Brasil. Prognóstico para 2017: 123 milhões. 4,2 o Brasil exportou em 2008 e, espera-se exportar muito mais do que o dobro para 2017. De modo geral, o que acontece é o seguinte, só o Brasil, no mundo, tem a adição à gasolina de etanol superior a 10%. Os Estados Unidos tem um item mandatório e a União Europeia, China, Austrália, 10%; Japão, 3%; Venezuela, Índia, Tailândia e outros países, também estão nessa faixa.

O que acontece? O que pode mudar esse cenário, inclusive, para que os números que eu anunciei sejam maiores? O aumento da porcentagem de adição por um lado e, por outro, o efeito China que em todas as análises econômicas são importantes. A China deve entrar fortemente nesse setor, ela vai demandar muito mais biocombustíveis. Do ponto de vista prático, a estratégia sempre reflete a tentativa de redução por combustíveis fósseis e mitigar os efeitos de emissão dos gases provocadores de efeito estufa.

Em relação à legislação americana, a gente preferiu fazer o seguinte, trabalhar com a Farm Bio, a Lei Agrícola e a Lei Energética de 2002. No ano passado, eles passaram uma nova lei que, praticamente, uniu a agricultura, energia e meio ambiente. Na lei de 2002, que foi reforçada em 2008, eles tinham alguns programas. Basicamente, os programas reforçam a pesquisa e desenvolvimento de biomassa e, nesse sentido, o desenvolvimento de culturas e sistemas que melhoram a produção e processamento.

Basicamente é tentar obter mais energia da biomassa, converter biomassa celulósica intermediária que possam produzir outros produtos, desenvolver tecnologia que amplia o rendimento de produtos biológicos, basicamente e analisar o impacto de tecnologia com os de biomassa para a sustentabilidade. A Seção 942, ela estabelece metas para uso de biocombustíveis celulósico, só para se ter uma ideia, no caso da cana, se a gente utilizasse essa tecnologia, e tivesse em grande escala, uma mesma área ia conseguir produzir o dobro de etanol que hoje produz. Então, a gente ia conseguir alavancar muito a produção. A Seção 977 estabeleceu um programa focando sistemas biológicos e microbacterianos, a Seção 1.501 estabeleceu um programa de demanda de venda de gasolina com quantidades crescentes de combustíveis.

Existem metas, esperava já em 2003 e seguintes, um volume renovável de cerca de 250 milhões de galões de etanol celulósico. Isso na Lei Energética. No âmbito da Lei Agrícola, compra federal de bioprodutos, e aí é *biobased products*. Subvenção para biorefinarias que é para montar infraestrutura porque é muito caro, principalmente na segunda geração na qual se consome mais do que o dobro de energia, mas, de certo modo existe uma compensação porque usa o dobro de etanol. Programas de balanço de energia, energia renovável, fomento a isso, e melhoria de eficiência em sistema de energia renovável. Tecnologia de hidrogênio em células(F) de combustível. Esses são os grandes programas, tanto da Lei Energética como a Lei Agrícola.

No nível da União Europeia... Eu vou tentar ser mais breve porque o tempo está apertado. Eles têm dois planos básicos. O plano de ação de biomassa, que fomenta o aumento de biomassa na produção de energia. E tem um programa que são estratégias da União Europeia no domínio dos biocombustíveis.

Uma série de programas, que foram desenvolvidos nesse sentido e eu só gostaria de destacar aqui o que, de fato, aconteceu. A União Europeia, mesmo jogando duro nessa nova estratégia, não tem conseguido aumentar a utilização de fontes renováveis na matriz energética, eles tinham uma meta de 21%, ela está inferior para 2010, de utilização de eletricidade já cogenerada. Não conseguiram chegar à meta de 5,5% para cota de biocombustíveis em 2010 e, provavelmente, não conseguirão atingir as próximas metas e apenas a meta intermediária de 2% foi atingida por poucos Estados. A União Europeia não tinha adotado legislação diretamente destinada a promover o aquecimento, a refrigeração, a partir de energias renováveis. E isso aconteceu a partir de 2007.

Nos comentários finais, eu gostaria de destacar só esses dois últimos pontos. A gente fez um estudo... Eu tinha citado ele, do ponto de vista econômico-financeiro, a primeira geração de produção de bioenergia é preferível. No entanto, sob o ponto de vista ambiental, a segunda geração é preferível. A primeira é mais barata, a segunda evita uma dívida de carbono muito alta. Então, para fins de regulamentação, para o marco regulatório, esses dois itens devem ser pesados. Se a questão econômica prevalecer, a gente vai, talvez, poluir mais. Se a questão ambiental prevalecer, vai custar um pouco mais e vão ter que ser criados mecanismos que façam com que essa nova tecnologia seja paga pelos contribuintes. Eu destaquei os itens que foram mostrados na primeira reunião e, basicamente, a ideia dessa nota informativa era mostrar que, tanto Estados Unidos, como União Europeia, eles têm metas, eles têm dificuldade de cumprir e têm utilizado a questão fiscal, orçamento, para tentar chegar lá com pesquisa e desenvolvimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):
Obrigado a você, Fernando. Muito conciso na apresentação de um texto

tão pormenorizado que você produziu com a equipe de consultores dessa área e que, de fato, estão de parabéns. Acho que nós devemos já tomar a iniciativa de... Essas informações mais gerais, eu acho que a gente já pode disponibilizar na página da Comissão de Infraestrutura, na página da rede internacional de computadores para que todos possam interagir e até, também, oferecer informações que ajudem ao nosso trabalho. Quero dizer que a... Ao mesmo tempo que vamos realizando os painéis, esta equipe, sob o comando do Fernando, está processando, está elaborando o nosso trabalho apresentado. Do ponto de vista da legislação, então, nós vamos conduzindo a discussão, o debate e, ao mesmo tempo, vamos produzindo os textos e, também, nós não vamos fazer com que as pessoas sejam pegas de surpresa.

Nós vamos, ao final, também fazer uma rodada, oferecendo o material produzido para que vocês todos, que foram convidados e, com toda atenção estiveram aqui, também possam opinar sobre o material produzido. Se aquilo é o caminho correto, se não é... O que nós precisamos, efetivamente, corrigir. Dentro dessa expectativa espirituosa aqui, do Allan Kardec, de que a gente não pode dar tanta velocidade e esperar o nosso elefante estar na velocidade mais contínua, mas tendo em conta que é preciso dar saltos, e o elefante não é muito de saltar, então, nós precisamos juntar os dois, o cavalo e o elefante numa manada só, no sentido de a nossa legislação conseguir dar um salto. E deixar o elefante ir em frente.

Aí ele põe uma marcha de velocidade em cruzeiro, se ele conseguir alcançar, mas como na espiritualidade nós podemos voar, então, não há dúvida de que podemos estabelecer que o nosso elefante mantenha a velocidade em cruzeiro durante certo tempo, até você dar um novo salto e precisar de um cavalo para dar um salto maior. Nesse sentido, nós vamos fazer ainda mais três painéis, que são importantes, um na próxima semana, que inclui o Ministério da Agricultura, porque nós vimos aqui que ele é muito significativo. A Embrapa, que é aquilo que eu já... Não é uma correção, a Embrapa já estava, mas a Embrapa porque ela tem uma unidade de agroenergia. Então nós temos que trazer esse setor da Embrapa, junto com a nossa Consultoria para que a gente faça uma segunda rodada de debates.

Em seguida, vamos ter um painel de produção de combustíveis com o setor diretamente produtor. Então, acho que, mais uma vez, vamos convidar aqui a UNICA que tem essa expressão, a ABRABIO, a nossa Consultoria, a PETROBRAS, e eu examinei que nós precisamos convidar, Senador Gilberto Goellner, o Senador Tenório para esse debate. Trata-se de uma pessoa que tem também uma relação direta, é um estudioso, acho que ele vai nos ajudar na produção do nosso material. Depois vamos fazer um painel de tecnologia e vamos chamar também empresas, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, vamos chamar as empresas, porque elas têm instituições que atuam no campo da pesquisa e investem em

pesquisa. Acho que, talvez, a gente convide a Anfávia, porque que é uma instituição muito importante, porque ela trata de um dos maiores instrumentos de uso de biocombustíveis possíveis, atualmente. Então, acho que esse setor tem que ser convidado.

O Senador Gilberto Goellner já tratou da importância do setor de máquinas, de equipamentos na área da produção mesmo agrícola, porque nós precisamos ajustar também esse setor, a nossa Consultoria. E no final, vamos fazer um painel com o meio ambiente. Porque aqui é a Amazônia, é carbono... Quer dizer, então nós temos que ajustar também com o setor ambiental que seria um painel, para que eles opinassem já sobre, mais ou menos, o que nós estamos pensando. Então, na verdade, deve dar mais quatro rodadas. Ao final disso, nós apresentaremos uma proposta à Comissão de Infraestrutura. Fernando.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só um segundo. Fernando.

SR. FERNANDO LAGARES TÁVORA: Só lembrar que o senhor teria falado da PETROBRAS também, que a gente faria um com a PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que eu estou incluindo a PETROBRAS em um dos painéis. Para ela não ficar isolada num painel só, ela iria entrar no painel de produtores.

SR. FERNANDO LAGARES TÁVORA: E o outro seria o seguinte, o fórum energético, que é uma instituição que, inclusive, a UNICA faz parte, para tentar colocar dentro da--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Talvez o mais adequado seria chamarmos o fórum energético já... Porque alguns atores vão ser chamados, porque já são do fórum energético. Então, aqui a UNICA já vai estar, os outros vão estar... Então, no final, nesse painel de sustentabilidade, muitos setores que estão dentro do fórum energético não vão ser ouvidos nos painéis anteriores. Talvez a gente identificasse quais as instituições que ali estão, que a gente ainda pode chamar lá no painel final de sustentabilidade. Acho que ficaria mais adequado para não criar mais uma rodada e ficar um trabalho muito prolongado... Acho que a gente... Marcar um tempo pra gente encerrar nossas atividades, apresentar a nossa proposta. Acho que dá pra gente cuidar com a equipe que você comanda, acho que vai ser... Vamos tirar de letra.

Gilberto Goellner, em seguida, o nosso companheiro Dornelles e encerramos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de perguntar, a todos os membros, qual seria o órgão competente para nos apresentar a adequação que a PETROBRAS, Ministério do Meio Ambiente

tem, adequação das usinas refinadoras, no tocante à concentração do enxofre, porque o nosso óleo diesel, hoje, ele em média, é o S500, ele tende a ter refinadoras que já estão produzindo o S50, algo assim, mas existe um pacto, um... Existe um compromisso da PETROBRAS de adequar todo o óleo diesel produzido no país, dentro desses novos parâmetros de concentração de enxofre e que, até então, algumas usinas com 1.400, 1.800, altamente poluentes. Acho que esse marco regulatório precisa conter a adequação da produção desse combustível fóssil, que ainda é o grande componente de todos os motores a diesel, a adequação do óleo para patamares compatíveis, o que outros países já alcançaram, que é o S10 e alguns países chegando, quem sabe, até o S1 agora.

Então, vejo que... Não sei se é o Ministério do Meio Ambiente ou a própria PETROBRAS, para mostrar qual o acordo e qual o prazo, de que tamanho? O que nós aqui no Congresso podemos fazer para incentivar, para fomentar a adequação mais célere de todos combustíveis?

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):
Allan.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: A própria PETROBRAS, senador. A própria PETROBRAS que está cuidando desse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok. Dornelles.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Essa questão só... O S10, na verdade, houve um grande acordo, envolvendo o Ministério Público, o CONAMA, o Ministério e a ANP participaram. Acho que, talvez, fosse um capítulo à parte, efetivamente, mas eu acredito que a ANP... A ANP que está com a responsabilidade desse grande esforço logístico de traçar essa logística de como colocar isso na coisa. Acho que seria importante a ANP estar junto com PETROBRAS eventualmente nessa discussão.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Só esclarecendo. Realmente, foi boa a lembrança do Dornelles que a logística é responsabilidade nossa. Agora, o óleo é responsabilidade da PETROBRAS. O óleo tem... Quem refina, etc, que é obrigatório, o que ela vai fazer, etc, o refino, inclusive, do que ele está fazendo agora é tudo PETROBRAS. Nós não interferimos.

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Dos investimentos que a PETROBRAS tem que fazer inclusive para isso, acho que é um número relevante. Senador, acho que o tempo já esgotou, aquele relógio fica olhando pra gente o tempo inteiro. Mas... Eu queria fazer dois comentários apenas. Um, eu posso ter passado batido aqui, eu dei uma olhada muito transversal nesse trabalho. Acho que é fundamental, está

aqui o modelo do marco regulatório, tem a valorização e a incorporação monetária das externalidades positivas dos biocombustíveis. Não sei se isto está aqui... Talvez esteja embutido nisso, mas enfim, de alguma forma, ele vai ter que dizer aqui que diminuindo a poluição ambiental, o local, dividindo a poluição de gás de efeito estufa, medir o custo de internação hospitalar, medir... Enfim, uma série de benefícios que estão atrelados aos biocombustíveis e isso está valorado e isso terá um peso, portanto, no marco regulatório que irá incentivar ou fomentar mais ou menos o produto.

SR. ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO: Trinta segundos só de aparte. A gente acompanhou o seminário lá, realmente, foi impressionante a palestra do Dr. [ininteligível] mostrando quantas pessoas morrem, qual seria o custo se a gente utilizasse combustíveis na [ininteligível] que o Senador Gilberto Goellner estava falando. Se você reduz a quantidade de partícula por milhão, muito menos pessoas morrem. Acho que essa linha é correta. Só que esse estudo aí, essa nota informativa trata mais das estratégias e da legislação que foi colocada. Então esse item não está...

SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES: Mas eu acho que é até um ponto fundamental para isso. E segundo, na questão da competição... Quer dizer, na verdade, o zoneamento da cana foi feito, é recente, já foi encaminhado um projeto de lei a esta Casa, ao Congresso. Acho que entrou na Câmara primeiro, expedindo andamento de políticas específicas para isso. Está o número apontado. São, de fato, 64 milhões de hectares, estão disponíveis, com aptidão média e alta para a produção de cana. É um número extremamente grande. E, mesmo assim, ainda se traz, nesse projeto de lei, a preocupação da competição alimentar. Embora nós do governo tenhamos plena certeza de que esse não é o nosso problema no Brasil, mas a gente externou a preocupação com isso. Porque tem esse estudo que o senhor comentou, da WWF, é um dos estudos que mostra... A própria FAO que mostra a quantidade de área disponível na África para a produção de biocombustíveis. Um volume de terra enorme e uma região que não produz dois quilos de alimento. Onde você tem a fome efetivamente instalada naquele continente.

Então, acho que são números realmente expressivos que a gente tem que quebrar como os paradigmas, e por que isso acontece? Porque os países desenvolvidos têm subsídio, têm proteção, não querem a importação livre, não querem o mercado livre de biocombustíveis, taxam combustíveis, não taxam petróleo... Enfim, acho que já está acabando...

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Bom, senhores, vamos concluir os nossos trabalhos do dia de hoje. Voltamos na próxima quarta-feira, às 14h30. E a nossa expectativa é de que nesses quatro painéis, pelo menos, a gente conclua o nosso trabalho. Então, agradeço a presença de todos, especialmente, dos nossos convidados, Dr. Dornelles, Dr. Allan Kardec e Dr. Dirceu Amorelli que

esteve conosco aqui nesta audiência de hoje, Luiz Fernando já tem nos acompanhado, o Fernando também tem nos acompanhado e os nossos companheiros da Consultoria Legislativa do Senado. Obrigado.

Sessão encerrada às 16h04.